



HOWARD S. BECKER

FALHANDO DA SOCIEDADE

**ENSAIOS SOBRE AS
DIFERENTES MANEIRAS
DE REPRESENTAR O SOCIAL**

ZAHAR

1. Falando da sociedade

Moro há muitos anos em São Francisco, na parte mais baixa da encosta do Russian Hill ou no trecho mais alto de North Beach; o modo como descrevo isso depende de quem estou tentando impressionar. Moro perto do Fisherman's Wharf, na rota que muita gente toma para voltar dessa atração turística a seu hotel no centro ou à fileira de motéis da Lombard Street. Olhando por uma de minhas janelas, frequentemente vejo grupos de turistas parados, olhando alternadamente para seus mapas e para os altos morros que se interpõem entre eles e seus destinos. O que aconteceu é claro. A linha reta no mapa parecia uma agradável caminhada por um bairro residencial, que poderia lhes mostrar como vivem os nativos. Agora estão pensando, como me disse o jovem britânico a quem ofereci ajuda: "Preciso chegar ao meu hotel e *não* vou subir aquele maldito morro!"

Por que os mapas que essas pessoas consultam não as alertam para os morros? Os cartógrafos sabem como indicar morros, de modo que não é uma restrição do meio que causa transtornos aos pedestres. Mas os mapas são feitos para motoristas, originalmente (embora não mais) pagos por empresas de combustível e fabricantes de pneus, e distribuídos em postos de gasolina¹ — e os motoristas preocupam-se menos que os pedestres com morros.

Esses mapas, e as redes de pessoas e organizações que os elaboram e utilizam, exemplificam um problema mais geral. Um mapa comum das ruas de São Francisco é uma representação convencional daquela sociedade urbana: uma descrição visual de suas ruas e pontos de referência e de sua distribuição no espaço. Cientistas sociais e cidadãos comuns usam rotineiramente não somente mapas, mas também uma grande variedade de outras representações da realidade social — alguns exemplos aleatórios são filmes documentários, tabelas estatísticas e as histórias que as pessoas contam umas para as outras, de modo a explicar quem são e o que estão fazendo. Todos eles, como os mapas, dão uma descrição apenas parcial, mas apesar disso adequada para algum objetivo. Todos emergem em contextos organizacionais, que limitam o que pode ser feito e definem os objetivos a que a obra deverá atender. Esta compreensão sugere

vários problemas interessantes: Como as necessidades e práticas de organizações moldam nossas descrições e análises (vamos chamá-las de representações) da realidade social? Como as pessoas que usam essas representações chegam a defini-las como adequadas? Essas questões têm uma relação com questões tradicionais sobre saber e contar em ciência, mas vão além delas para incluir problemas mais tradicionalmente associados com as artes e com a experiência e a análise da vida cotidiana.

Durante muitos anos, estive envolvido com uma variedade de maneiras de falar sobre a sociedade, profissionalmente e por pura curiosidade natural. Sou um sociólogo, por isso as maneiras de falar que vêm de imediato à minha mente são as que os sociólogos usam rotineiramente: descrição etnográfica, discurso teórico, tabelas estatísticas (e representações visuais de números como diagramas de barras), narrativa histórica, e assim por diante. Muitos anos atrás, porém, entrei para uma escola de arte e tornei-me fotógrafo, e nesse processo desenvolvi um forte e duradouro interesse por representações fotográficas da sociedade, que fotógrafos documentais e outros vêm fazendo desde a invenção do meio. Isso me levou muito naturalmente a pensar sobre o cinema como uma outra maneira de falar sobre a sociedade. E não apenas filmes documentários, mas filmes de ficção também. Eu havia sido um ávido leitor de ficção desde menino, e, como a maior parte dos outros leitores de histórias, sabia que elas não são feitas apenas de fantasias, que frequentemente contêm observações que merecem ser lidas sobre como a sociedade é construída e funciona. Por que não representações dramáticas de histórias no palco também? Tendo sempre me interessado e envolvido em todas essas maneiras de falar sobre a sociedade, decidi tirar proveito da coleção um tanto casual e aleatória de exemplos que elas haviam depositado em meu cérebro.

Para fazer o quê? Para ver os problemas que qualquer pessoa que tenta fazer o trabalho de representar a sociedade deve solucionar, que tipos de solução foram encontrados e tentados, e com que resultado. Para ver o que os problemas de diferentes meios têm em comum e que aspecto têm soluções que funcionam para um tipo de relato quando aplicadas a algum outro tipo. Para ver o que, por exemplo, tabelas estatísticas têm em comum com projetos fotográficos documentais, o que modelos matemáticos têm em comum com ficção de vanguarda. Para ver que soluções para os problemas de descrição um campo pode importar de outro.

Assim, estou interessado em romances, estatísticas, histórias, etnografias, fotografias, filmes e qualquer outra forma pela qual pessoas tenham tentado contar a outras o que sabem sobre sua sociedade ou alguma outra sociedade que

as interesse. Chamarei os produtos de toda essa atividade em todos esses meios de “relatos sobre a sociedade”, ou, por vezes, “representações da sociedade”. Que problemas e questões surgem quando se fazem esses relatos, em qualquer meio? Montei uma lista dessas questões a partir das coisas que as pessoas que fazem esse tipo de trabalho falam e das queixas que fazem umas para as outras, usando como princípio básico de descoberta esta ideia: se algo é um problema numa maneira de fazer representações, é um problema em todas as outras maneiras. Mas as pessoas que trabalham numa área podem ter resolvido o problema de modo inteiramente satisfatório para elas, e assim sequer pensam nele como um problema, enquanto para outras pessoas ele parece um dilema insolúvel. Isso significa que estes últimos podem aprender alguma coisa com os primeiros.

Fui abrangente ao fazer essas comparações, incluindo (pelo menos em princípio) todos os meios e gêneros que as pessoas usam ou já usaram. Claro que não falei sobre tudo. Mas tentei evitar as tendenciosidades convencionais mais óbvias e considere, além de formatos científicos respeitados e aqueles inventados e usados por profissionais em disciplinas científicas reconhecidas, aqueles usados por artistas e leigos também. Uma lista sugere essa variedade de tópicos: das ciências sociais, modos de representação como modelos matemáticos, tabelas estatísticas e gráficos, mapas, prosa etnográfica e narrativa histórica; das artes, romances, filmes, fotografias imóveis e teatro; da grande e vaga área entre uma coisa e outra, histórias de vida e outros materiais biográficos e autobiográficos, reportagens (inclusive os gêneros mistos do docudrama, filme documentário e fato “ficcionalizado”) e a narrativa de histórias, a elaboração de mapas e outras atividades representacionais de leigos (ou de pessoas atuando na condição de leigos, como até profissionais fazem na maior parte do tempo).

Quem fala?

Somos todos curiosos em relação à sociedade em que vivemos. Precisamos saber, na base mais rotineira e da maneira mais comum, como nossa sociedade funciona. Que regras governam as organizações de que participamos? Em que padrões rotineiros de comportamento outras pessoas se envolvem? Sabendo essas coisas, podemos organizar nosso próprio comportamento, aprender o que queremos, como obtê-lo, quanto custará, que oportunidades de ação várias situações nos oferecem.

Onde aprendemos essas coisas? Da maneira mais imediata, a partir das experiências de nossa vida diária. Interagimos com todas as espécies de pessoas,

grupos e organizações. Conversamos com pessoas de todos os tipos em todos os tipos de situação. Evidentemente, não de *todos* os tipos: a experiência social de tipo face a face é limitada pelas relações sociais, a situação na sociedade, os recursos econômicos, a localização geográfica. Podemos nos virar com esse conhecimento limitado, mas, em sociedades modernas (provavelmente em todas as sociedades), precisamos conhecer mais do que aprendemos com a experiência pessoal. Precisamos — ou pelo menos queremos — saber sobre outras pessoas e lugares, outras situações, outras épocas, outros estilos de vida, outras possibilidades, outras oportunidades.

Assim, procuramos “representações da sociedade” em que outras pessoas nos falam sobre todas essas situações, lugares e épocas que não conhecemos em primeira mão, mas sobre os quais gostaríamos de saber. Com a informação adicional, podemos fazer planos mais complexos e reagir de uma maneira mais complexa às nossas situações de vida imediatas.

Para simplificar, uma “representação” da sociedade é algo que alguém nos conta sobre algum aspecto da vida social. Essa definição abarca um grande território. Num extremo situam-se as representações comuns que fazemos uns para os outros como leigos, no curso da vida diária. Tome por exemplo a elaboração de mapas. Em muitas situações e para muitos objetivos, essa é uma atividade altamente profissionalizada, baseada em séculos de experiência prática combinada, raciocínio matemático e erudição científica. Em muitas outras situações, porém, é uma atividade comum que todos exercemos de vez em quando. Convido-o a me fazer uma visita em certa ocasião, mas você não sabe ir de carro até onde moro. Posso lhe dar orientações verbais: “Vindo de Berkeley, você toma a primeira saída à direita logo depois da Bay Bridge, vira à esquerda no começo da ladeira, segue por vários quarteirões e vira à esquerda na Sacramento, continua seguindo até chegar a Kearny, vira à direita e sobe até Columbus...” Posso lhe sugerir que consulte um mapa comum de ruas, além de minhas orientações, ou posso simplesmente lhe dizer que moro na esquina de Lombard com Jones e deixar que você use o mapa para localizar esse ponto. Ou posso desenhar meu próprio mapinha personalizado para você. Posso mostrar de onde você deve partir — “sua casa” — e desenhar as ruas relevantes, indicando-lhe onde virar, que extensão terá cada trecho, por que pontos de referência você passará e como saberá que chegou à “minha casa”. Hoje, um site na internet nos diz tudo isso, ou podemos deixar que nosso GPS faça o serviço para nós.

Estas são todas representações de uma porção da sociedade, contidas numa simples ligação geográfica; uma maneira mais simples e melhor de dizer isso é que estas são todas maneiras de falar sobre a sociedade ou sobre alguma parte dela.

Algumas das maneiras — o mapa rodoviário comum ou alguma descrição gerada por computador — são elaboradas por profissionais altamente preparados, lançando mão de grande quantidade de equipamentos e conhecimento especializado. A descrição verbal e o mapa caseiro são feitos por pessoas iguais àquelas a quem são dados, pessoas que não têm mais conhecimento ou habilidade geográfica que qualquer adulto razoavelmente competente. Todas elas são capazes, cada uma a seu modo, de fazer o serviço de levar alguém de um lugar a outro.

Meus próprios colegas de profissão — sociólogos e outros cientistas sociais — gostam de falar como se tivessem o monopólio da criação dessas representações, como se o conhecimento da sociedade que produzem fosse o único conhecimento “real” sobre esse assunto. Isso não é verdade. E eles gostam de fazer a afirmação igualmente tola de que as maneiras que possuem de falar sobre a sociedade são as melhores ou as únicas pelas quais isso pode ser feito de forma apropriada, ou que suas maneiras de fazer esse trabalho protegem contra todas as espécies de erros terríveis que poderíamos cometer.

Esse tipo de conversa é apenas uma tomada do poder profissional clássica. Levar em conta as maneiras como as pessoas que trabalham em outros campos — artistas visuais, romancistas, dramaturgos, fotógrafos e cineastas — e os leigos representam a sociedade revelará dimensões analíticas e possibilidades que a ciência social muitas vezes ignorou serem úteis em outros aspectos. Vou me concentrar no trabalho representacional feito por outros tipos de trabalhadores, bem como naquele feito por cientistas sociais. Estes sabem como fazer seu trabalho, e ele é adequado para muitos objetivos. Mas suas maneiras não são as únicas.

Quais são algumas das outras maneiras? Podemos categorizar as atividades representacionais de diversas formas. Poderíamos falar de meios — cinema versus palavras versus números, por exemplo. Poderíamos falar sobre a intenção dos produtores das representações: ciência versus arte versus reportagem. Um levantamento abrangente desse tipo serviria bem a muitos objetivos, mas não ao meu objetivo de explorar problemas genéricos de representação e a variedade de soluções que o mundo produziu até agora. Examinar algumas das maneiras principais, altamente organizadas, de falar sobre sociedade significa estar atento às distinções entre ciência, arte e reportagem. Mais do que maneiras diferentes de fazer alguma coisa, estas são formas de organizar o que poderia ser, do ponto de vista de materiais e métodos, mais ou menos as mesmas atividades. (Mais adiante, no Capítulo 11, irei comparar três modos de usar fotografias para esses três tipos de trabalho, vendo como as mesmas fotografias poderiam ser arte, jornalismo ou ciência social.)

Falar sobre a sociedade em geral envolve uma comunidade interpretativa, uma organização de pessoas que faz rotineiramente representações padronizadas de um tipo particular (“produtores”) para outros (“usuários”) que as utilizam rotineiramente para objetivos padronizados. Os produtores e os usuários adaptaram o que fazem ao que outros fazem, de modo que a organização de fazer e usar é, pelo menos por algum tempo, uma unidade estável, um *mundo* (empregado num sentido técnico que desenvolvi em outro momento² e discutirei mais completamente abaixo).

Com bastante frequência, algumas pessoas não se encaixam bem nesses mundos organizados de produtores e usuários. Esses experimentadores e inovadores não fazem as coisas como são usualmente feitas, e por isso suas obras podem não ter muitos usuários. Mas as soluções que dão para problemas comuns nos dizem muito e abrem nossos olhos para possibilidades que uma prática mais convencional não vê. As comunidades interpretativas muitas vezes tomam emprestados procedimentos e formas, usando-os para fazer algo em que seus criadores naquela outra comunidade nunca tinham pensado, ou que jamais tinham pretendido, produzindo misturas de método e estilo para se encaixar nas condições cambiantes das organizações mais amplas a que pertencem.

Isso é tudo muito abstrato. Aqui está uma lista mais específica de formatos comuns para falar sobre a sociedade, produtoras de obras de representação social que merecem ser cuidadosamente examinadas:

Ficção. Obras de ficção — romances e contos — serviram muitas vezes como veículos de análise social. As sagas de famílias, classes e grupos profissionais produzidas por escritores tão diferentes em propósito e talento como Honoré de Balzac, Émile Zola, Thomas Mann, C.P. Snow e Anthony Powell sempre foram compreendidas como corporificando descrições complexas de uma vida social e seus processos constituintes, e delas dependendo para extrair seu poder e virtudes estéticas. As obras de Charles Dickens, tomadas isoladamente ou em conjunto, foram compreendidas (como ele pretendeu que fossem) como uma maneira de descrever para um amplo público as organizações que produziam os males que acometiam sua sociedade.

Arte dramática. De maneira semelhante, o teatro foi muitas vezes um veículo para o exame da vida social, em especial a descrição e análise de males sociais. George Bernard Shaw empregou a forma dramática para corporificar sua compreensão de como “problemas sociais” surgiam e quão profundamente penetravam o

corpo político. Sua peça *A profissão da sra. Warren* explica o funcionamento do negócio da prostituição quando ele assegurava o sustento de pelo menos parte da classe alta britânica, e *Major Barbara* fez o mesmo para a guerra e o fabrico de munições. Muitos teatrólogos usaram a arte dramática para objetivos semelhantes (Henrik Ibsen, Arthur Miller, David Mamet).

Dizer que essas obras e autores fazem “análise social” não significa que isso é “tudo” que fazem, ou que essas obras são “apenas” sociologia sob um disfarce artístico. Em absoluto. Seus autores têm em mente objetivos que vão além da análise social. Contudo até o crítico mais formalista deveria perceber que alguma parte do efeito de muitas obras de arte depende de seu conteúdo “sociológico” e da crença dos leitores e plateias de que o que essas obras lhes dizem sobre a sociedade é, em certo sentido, “verdadeiro”.

Filmes. No caso mais óbvio, o documentário — *Harlan County, U.S.A.* (1976), de Barbara Koppel, e *Chronique d'un été* (1961), de Edgar Morin e Jean Rouch, são exemplos bem conhecidos — teve como objetivo primeiro a descrição da sociedade, muitas vezes, mas não necessariamente de maneira declarada, de uma perspectiva reformista, buscando mostrar aos espectadores o que está errado nos arranjos sociais atuais. Filmes de ficção também pretendem muitas vezes analisar e comentar as sociedades que apresentam, muitas vezes aquelas em que são feitos. Os exemplos vão desde o pseudodocumentário de Gillo Pontecorvo *A Batalha de Argel* (1966) a produções clássicas de Hollywood como *A luz é para todos* (1947), de Elia Kazan.

Fotografias. De maneira semelhante, fotografias imóveis ocuparam-se muitas vezes de análise social desde os primórdios do gênero. Um gênero bem definido de fotografia documental teve uma história longa e ilustre. Alguns trabalhos exemplares desse gênero incluem *The Secret Paris of the '30s* (1976), de Brassai, *American Photographs* ([1938] 1975), de Walker Evans, e *The Americans* ([1959] 1969), de Robert Frank.

Até agora, falei sobre modos “artísticos” de fazer representações da sociedade. Outras representações estão mais associadas à “ciência”.

Mapas. Os mapas, associados com a disciplina da geografia (mais especificamente a cartografia), são uma maneira eficiente de exibir grandes quantidades de informação sobre unidades sociais consideradas em sua dimensão espacial.

Tabelas. A invenção da tabela estatística no século XVIII tornou possível resumir vastos números de observações específicas num formato compacto e comparável. Essas descrições compactas ajudam governos e outros a organizar a ação social deliberada. O censo governamental é a forma clássica desse uso. Cientistas empregam tabelas para exibir dados que outros podem usar para avaliar suas teorias. Os cientistas sociais do século XX tornaram-se cada vez mais dependentes da exibição tabular de dados quantitativos colhidos especificamente para esse propósito.

Modelos matemáticos. Alguns cientistas sociais descreveram a vida social reduzindo-a a entidades abstratas exibidas como modelos matemáticos. Esses modelos, intencionalmente distantes da realidade social, podem transmitir relações básicas características da vida social. Eles foram usados na análise de fenômenos sociais tão variados quanto sistemas de parentesco e o mundo da música popular comercial.

Etnografia. Uma forma clássica de descrição social foi a etnografia, descrição verbal detalhada do modo de vida, considerado em sua totalidade, de alguma unidade social, de forma arquetípica, mas não necessariamente, um pequeno grupo tribal. O método passou a ser aplicado, e hoje é amplamente usado em organizações de todos os tipos: escolas, fábricas, áreas urbanas, hospitais e movimentos sociais.

Em algum ponto entre os extremos da arte e da ciência situam-se a história e a biografia, geralmente dedicadas a descrições detalhadas e precisas de eventos passados, mas muitas vezes igualmente propensas a avaliar amplas generalizações sobre assuntos com que as outras ciências sociais lidam. (Lembrem-se de que todos os relatos sociais de hoje serão matéria-prima para historiadores do futuro, assim como obras-primas da sociologia, como os estudos de “Middletown” feitos por Lynds, transformaram-se, de análise social, em documento histórico.)

Finalmente, há os extravagantes, rebeldes e inovadores de que falei antes. Alguns produtores de representações da sociedade misturam métodos e gêneros, experimentam formas e linguagens e fornecem análises de fenômenos sociais em lugares em que não as esperamos e sob formas que não reconhecemos nem como arte nem como ciência, ou que vemos como uma mistura incomum e estranha de gêneros. Assim, Hans Haacke, que pode ser chamado de artista conceitual, serve-se de expedientes simples para levar usuários a conclusões inesperadas. Georges Perec e Italo Calvino, membros do grupo literário francês Oulipo,³

dedicado a experimentos literários esotéricos, fizeram do romance, numa forma ou outra, um veículo para pensamento sociológico sutil. E nas *talk pieces* de David Antin, histórias que podem ou não ser ficções e transmitem análises e ideias sociais complexas. Como todos esses experimentos, a obra desses artistas nos obriga a reconsiderar procedimentos que de hábito consideramos óbvios, e vamos discutir seu trabalho em maiores detalhes adiante.

Fatos

Devo fazer uma distinção importante, mesmo que ela seja falaciosa e enganadora, e cada palavra envolvida seja escorregadia e incerta. Não me parece que esses defeitos façam muita diferença para meu objetivo aqui. É a distinção entre “fato” e “ideia” (ou “interpretação”). Uma parte de qualquer relato sobre a sociedade (de qualquer dos tipos que acabo de esboçar) é uma descrição de como as coisas são: como alguns tipos de coisas são, em algum lugar, em algum momento. Este é o número de pessoas que há nos Estados Unidos, tal como contadas no ano 2000 pelo Departamento de Recenseamento. Este é o número de pessoas do sexo feminino e o número de pessoas do sexo masculino. Esta é a distribuição etária dessa população — quantas pessoas com menos de cinco anos, quantas entre cinco e dez anos, e assim por diante. Esta é a composição racial dessa população. Esta é a distribuição de suas rendas. Esta é a distribuição das rendas em subgrupos raciais e de gênero da população.

Estes são fatos sobre a população dos Estados Unidos (e, claro, fatos semelhantes estão mais ou menos disponíveis para todos os outros países do mundo). Eles são descrições do que encontraria uma pessoa que sáisse à procura desses números, as evidências que resultam das operações que demógrafos e estatísticos empreenderam em conformidade com os procedimentos de seu ofício.

Da mesma maneira, antropólogos nos dizem, por exemplo, como *essas* pessoas, vivendo *nessa* sociedade, avaliam o parentesco: eles reconhecem tais e tais categorias de relação familiar e pensam que é assim que pessoas relacionadas de tal e tal maneira devem se comportar umas com as outras; estes são, na expressão clássica, seus direitos e obrigações mútuos. Os antropólogos sustentam suas análises com descrições dos fatos sobre como essas pessoas falam e se comportam, contidas nas notas de campo que relatam suas observações e entrevistas in loco, assim como demógrafos apoiam as descrições da população dos Estados Unidos em dados produzidos pelo censo. Em ambos os casos, os profissionais começam com evidências colhidas de maneiras reconhecidas por

seus colegas de ofício e consideradas suficientes para assegurar o status factual dos resultados.

Agora passemos às ressalvas. Thomas Kuhn persuadiu-me há muito tempo de que fatos nunca são apenas fatos, mas antes, como disse ele, estão “carregados de teoria”.⁴ Cada afirmação de um fato pressupõe uma teoria que explica que entidades estão ali para serem descritas, que características elas podem ter, quais dessas características podem ser observadas e quais podem ser apenas inferidas a partir de características observáveis, e assim por diante.

As teorias muitas vezes parecem tão óbvias como se fossem autoexplicativas. Alguém precisa demonstrar que podemos discernir um ser humano quando vemos um e distinguir tal ser de algum outro tipo de animal? É preciso demonstrar que esses seres humanos podem ser caracterizados como homens ou mulheres? Ou como negros, brancos, asiáticos ou de alguma outra variedade racial?

De fato, cientistas e leigos discutem sobre coisas como essas o tempo todo, como deixam claro as categorias raciais em contínua mudança em censos no mundo inteiro. Características como gênero e raça não aparecem na natureza de maneira óbvia. Cada sociedade tem formas de diferenciar meninos de meninas e distinguir membros de categorias raciais que seus membros consideram importantes. Mas essas categorias se baseiam em teorias sobre as características essenciais dos seres humanos, e a natureza das categorias e dos métodos de atribuir pessoas a elas varia entre sociedades. Assim, nunca podemos tomar os fatos como óbvios. Não há fatos puros, apenas “fatos” que adquirem significado a partir de uma teoria subjacente.

Além disso, fatos são fatos apenas quando aceitos como tais pelas pessoas para quem são relevantes. Estaria eu me entregando a um tipo pernicioso de relativismo, ou a um jogo de palavras malicioso? Talvez, mas não penso que temos de discutir se há uma realidade última que a ciência acabará por revelar para reconhecer que pessoas sensatas, inclusive cientistas sensatos, frequentemente discordam com relação ao que constitui um fato, e a quando um fato realmente é um fato. Essas discordâncias surgem porque os cientistas em geral discordam com relação ao que constitui evidência adequada da existência de um fato. Bruno Latour demonstrou, bem o suficiente para satisfazer a mim e a muitos outros, que, como ele expressa de forma tão elegante, o destino de um achado científico reside nas mãos dos que passam a se interessar por ele depois.⁵ Se estes o aceitam como um fato, ele será tratado como tal. Isso significa que qualquer insignificância pode ser um fato? Não, porque um dos “atuantes”, para usar a deselegante expressão de Latour, que deve concordar com a interpretação é o objeto sobre o qual as declarações de fato são feitas. Posso dizer que a Lua

é feita de queijo verde, mas a Lua terá de cooperar, exibindo características que outras pessoas reconheçam como próprias de queijo verde — do contrário meu fato se tornará um não fato inaceitável. Pior ainda, meu fato pode sequer ser contestado: pode ser simplesmente ignorado, de modo que seria lícito dizer que ele não existe de maneira alguma, pelo menos não no discurso dos cientistas que estudam a Lua. Pode haver uma realidade última, mas somos todos seres humanos falíveis e passíveis de erro, de modo que todos os fatos no mundo real em que vivemos são discutíveis. Este fato é no mínimo tão renitente e difícil de descartar com palavras quanto qualquer outro fato científico.

Finalmente, fatos não são aceitos em geral pelo mundo todo, são aceitos ou rejeitados pelos públicos particulares aos quais seus proponentes os apresentam. Isso significa que a ciência é situacional, e portanto seus achados não são universalmente verdadeiros? Não estou assumindo uma posição nessas questões fundamentais de epistemologia, apenas reconhecendo o que é óbvio: quando fazemos um relato sobre a sociedade, nós o fazemos para alguém, e a identidade desse alguém afeta o modo como apresentamos o que sabemos e o modo como os usuários reagem ao que lhes apresentamos. Os públicos diferem — isto é importante — no que sabem e podem fazer, no que acreditam e vão aceitar, com base na confiança ou em algum tipo de evidência. Diferentes tipos de relatos destinam-se rotineiramente a diferentes tipos de públicos: tabelas estatísticas a pessoas mais ou menos preparadas para lê-las, modelos matemáticos a pessoas com formação altamente especializada nas disciplinas relevantes, fotografias a uma ampla variedade de públicos leigos e profissionais, e assim por diante.

Assim, em vez de fatos sustentados por evidências que os tornam aceitáveis como fatos, temos fatos baseados numa teoria, aceitos por algumas pessoas porque foram colhidos de uma maneira aceitável para alguma comunidade de produtores e usuários.

Interpretações

Não é fácil distinguir interpretações de fatos. Cada fato, em seu contexto social, implica e convida a interpretações. As pessoas passam facilmente e sem muita reflexão de uma coisa a outra. Os mesmos fatos darão lugar a muitas interpretações. Dizer, para tomar um exemplo provocativo, que grupos raciais diferem em índices de QI pode certamente ser um fato — isto é, pode ser demonstrado pelo uso de testes comumente usados por psicólogos que fazem dessas medições ocupação sua. Mas interpretar um achado como este como demonstração de

que tais diferenças são genéticas — herdadas, e portanto não facilmente alteráveis — não é um fato, mas uma interpretação do significado do fato relatado. Uma interpretação alternativa diz que o fato demonstra que o teste de QI se aplica apenas a uma cultura e não pode ser usado para comparar populações diferentes.

Os achados sobre raça, gênero e renda que podemos encontrar no censo dos Estados Unidos também não falam por si mesmos. Alguém fala por eles, interpretando seu significado. As interpretações geram mais discussão que os fatos. Podemos concordar com relação aos números que descrevem as relações entre gênero, raça e renda, mas os mesmos dados de um censo poderiam ser interpretados para mostrar a existência de discriminação, a redução da discriminação, o efeito conjunto de duas condições desvantajosas (ser mulher, ser negro) sobre a renda, ou muitas outras histórias possíveis.

Um relato sobre a sociedade, portanto, é um dispositivo que consiste em declarações de fato, baseadas em evidências aceitáveis para algum público, e interpretações desses fatos, igualmente aceitáveis para algum público.

2. Representações da sociedade como produtos organizacionais

As pessoas que coletam fatos sobre a sociedade e os interpretam não começam do zero a cada relato que fazem. Usam formas, métodos e ideias que algum grupo social, grande ou pequeno, já tem à sua disposição como uma maneira de fazer esse trabalho.

Relatos sobre a sociedade (lembre-se de que *representação* e *relato* referem-se à mesma coisa) fazem mais sentido quando os vemos num contexto organizacional, como maneiras pelas quais algumas pessoas contam o que pensam saber para outras pessoas que querem saber, como atividades organizadas, moldadas pelos esforços conjuntos de todos os envolvidos. É um erro que gera confusões enfatizar substantivos em lugar de verbos, objetos em lugar de atividades, como se investigássemos tabelas, diagramas, etnografias ou filmes. Faz mais sentido ver esses artefatos como os restos congelados da ação coletiva, reanimados sempre que alguém os emprega — como pessoas que fazem e leem diagramas ou prosa, fazem e assistem a filmes. Deveríamos compreender a expressão um *filme* como uma abreviatura para a atividade de “fazer um filme” ou “ver um filme”.

Essa é uma distinção relevante. A concentração no objeto desvia nossa atenção para as capacidades formais e técnicas de um meio: quantos bits de informação uma tela de televisão com determinado grau de resolução pode transmitir? Um meio puramente visual pode comunicar noções lógicas como causalidade. A concentração na atividade organizada, por outro lado, mostra que aquilo que um meio pode fazer está sempre em função do modo como as limitações organizacionais afetam seu uso. O que as fotografias podem transmitir depende em parte do orçamento do projeto fotográfico, que limita quantas fotos podem ser tiradas e como elas podem ser exibidas, quanto dinheiro será gasto com elas (em outras palavras, quanto tempo de fotógrafo será pago), e da quantidade e do tipo de atenção que os observadores dedicarão à sua interpretação.

Encarar relatos sobre sociedade do ponto de vista organizacional significa introduzir na análise todos os aspectos das organizações em que eles são feitos: estruturas burocráticas, orçamentos, códigos profissionais, características e aptidões do público — tudo isso tem um efeito importante no falar sobre a